

AUTONOMIA DAS PERÍCIAS

Audiência Pública

Comissão Especial da Câmara dos
Deputados

27.05.2014



*BASEADO NA APRESENTAÇÃO FEITA AO
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
-- CONASP/MJ - BRASÍLIA/DF -27/FEV/2012 - Dra.
Norma Bonaccorso*

Luiz Frederico Hoppe
Associação dos Médicos Legistas
Do Estado de São Paulo

CAMINHO DA AUTONOMIA DA SPTC/SP



- ✓ CESP (1989) – Cap. III – da Segurança Pública:
 - Art. 140 – À **Polícia Civil**, órgão permanente, dirigida por delegados de polícia de carreira, bacharéis em Direito, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a **apuração de infrações penais**, exceto as militares.*
 - § 5º - **Lei específica** definirá a organização, funcionamento e atribuições da **SPTC**, que será dirigida, **alternadamente**, por **perito criminal** e **médico** legista, sendo integrada pelos seguintes órgãos: 1 – IC; 2 – IML.*
- ✓ *Lei Complementar n.º 756, de 27 de julho de 1994*
- ✓ *Decreto n.º 42.847 de 9/2/98*

INÚMERAS AÇÕES PARA DECLARAÇÃO DE
INCONSTITUCIONALIDADE

QUESTÕES SUBJACENTES À CAUSA



- ✓ *Natureza e finalidades da prova pericial*
- ✓ *Evolução das conquistas dos Direitos Humanos no Brasil*
- ✓ *Intercorrências no exercício profissional*
- ✓ *Possíveis entraves jurídicos e/ou políticos*

NATUREZA E FINALIDADES DA PROVA PERICIAL



- ✓ Ao se falar em *perícia* e em *ciência*, as palavras *isenção*, *imparcialidade*, *verdade* e *credibilidade* são evocadas.
- ✓ Mas a *ciência* e a *perícia* são *isentas* de ideologias?
- ✓ *Caminham* de forma *descolada* da sociedade/instituição que a produziu/realizou?

NATUREZA E FINALIDADES DA PROVA PERICIAL



- ✓ Segundo Chu e Goldemberg (2007), *Ciência* é a realização das *potencialidades humanas* que são condicionadas pelo desenvolvimento das *condições materiais*
- ✓ As *ideias* não existem de forma autônoma, estão *imbricadas nas condições materiais* que permitem sua formação e que por sua vez só existem através do *homem* em *consonância* com sua *condição de existência*

NATUREZA E FINALIDADES DA PROVA PERICIAL



- ✓ *A ciência e a perícia são isentas de ideologias?*
- ✓ *Caminham de forma descolada da sociedade/instituição que a produziu/realizou?*

Resposta: Não!

CONCRETIZAÇÃO DAS CONQUISTAS DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL



- ✓ 1º PNDH (1996) e 1º PE(SP)DH (1997)
- ✓ (PROGRAMA NACIONAL E DO ESTADO DE SÃO PAULO DE DIREITOS HUMANOS)

Proposta de Ação Governamental (médio prazo) de Luta contra a Impunidade

*Fortalecer os Institutos Médico-Legais e de Criminalística, adotando medidas que assegurem a sua excelência técnica e **progressiva autonomia**, articulando-os com universidades, com vista a aumentar a absorção de tecnologias.*

- ✓ 2º PNDH (2002)

Proposta de Ação Governamental 54

*Fortalecer os Institutos Médico-Legais e de Criminalística, adotando medidas que assegurem a sua excelência técnica e **progressiva autonomia**.*

CONCRETIZAÇÃO DAS CONQUISTAS DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL



✓ 3º PNDH (2009)

DIRETRIZ 13: *Prevenção da Violência e da Criminalidade e Profissionalização da Investigação de Atos Criminosos*

✓ Ações Programáticas:

- Propor projeto de lei para proporcionar *autonomia administrativa e funcional* dos órgãos periciais *federais*.
- RECOMENDAÇÃO: Recomenda-se aos *estados* e ao DF a elaboração de *leis* que garantam dotação orçamentária específica e *autonomia administrativa financeira e funcional* aos órgãos periciais.

INTERCORRÊNCIAS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL



- ✓ Pleito *interno* pela autonomia (diverso dos D. Humanos)
 - *Variedade* na formação *acadêmica* (*distanciada* das ciências sociais e do mundo policial)
 - *Deficiência* na formação profissional (no real *entendimento* das *atribuições* e da *função social* de seu cargo)
 - Casos de *falta de harmonia* na relação com Delegados de Polícia
 - *Número reduzido de profissionais* (falta de criação de novos cargos)
 - Destinação de *pouca verba* para compra de *equipamentos* laboratoriais e *treinamento* de pessoal

VANTAGENS HAURIDAS DA AUTONOMIA DAS PERÍCIAS



- ✓ Dotação *orçamentária* específica e *autonomia* administrativa *financeira* e *funcional* aos órgãos periciais
 - ✓ *Ausência de subordinação* funcional (“pressão”) que possa comprometer a *isenção* do trabalho pericial
[seleção, formação, educação continuada e certificada e corregedoria própria*]
 - ✓ *Orçamento** especificamente *destinado à perícia*:
 - ✓ Melhoria dos *equipamentos*
 - ✓ Melhoria das *condições materiais/ambientais* para o desempenho da função
[criação de *novos cargos* e *plano de carreira*, padronização de procedimentos (*gestão da qualidade*), *parcerias* com universidades e institutos técnicos (terceirização de *exames* e desenvolvimento de *novas metodologias*)]

VANTAGENS HAURIDAS DA AUTONOMIA DAS PERÍCIAS



Dotação *orçamentária* específica destinada à SPTC/SP:

Residual (1998): R\$ 345.000,00

Inicial (1999): R\$ 1.200.000,00

Ano de 2012: R\$ 37.500.000,00

Previsão 2013: R\$ 46.000.000,00

Perícias realizadas (IC + IML) em todo Estado:

1998: 900.000

2011: 1.200.000 (mais de 3 milhões de peças analisadas)

ENTRAVES JURÍDICOS À PLENA AUTONOMIA DOS TRABALHOS PERICIAIS



- ✓ Vêm do § 4º do art. 144 da CF a incumbência da Polícia Civil, dirigida por *delegado de polícia* de carreira, a *apuração das infrações penais* (com e sem *vestígio*), exceto as militares as de competência da União
- ✓ Vêm dos arts. 6º, VII e 178 do CPP: o *exame pericial* será *requisitado* pela *autoridade policial* ao diretor da repartição pericial
ou seja
- ✓ É o *Delegado* de Polícia o *responsável* e quem *centraliza a investigação* do crime. É ele quem *requisita os exames* e inicialmente *recebe os laudos* periciais

ENTRAVES JURÍDICOS À PLENA AUTONOMIA DOS TRABALHOS PERICIAIS



- ✓ Deverá existir sempre *troca de informações e bom relacionamento* entre peritos e delegados para que esses conheçam os alcances e as limitações dos exames periciais para a *correta “quesitação”*
- ✓ Deverá existir sempre *troca de informações e bom relacionamento* entre peritos e delegados para que haja a *interpretação* correta e adequada dos *resultados do laudo* pericial
ou seja
- ✓ Haverá *sempre um vínculo* entre a perícia e a Polícia Judiciária, o que não impede que ambas funcionem bem e autonomamente

PROPOSTA DE EMENDA À CF



PEC 325/2009

- ✓ Acrescenta Seção ao Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal, dispondo sobre a perícia oficial de natureza criminal.
- ✓ As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:
- ✓ Art. 1º Esta emenda à Constituição cria a perícia oficial de natureza criminal como órgão essencial à função jurisdicional.
- ✓ Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida com a seguinte Seção IV – Da Perícia Oficial de Natureza Criminal, no Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - da Organização dos Poderes – composta do artigo 135-A e §§ 1º, 2º e 3º.

PROPOSTA DE EMENDA À CF



- ✓ *“Seção IV Da Perícia Oficial de Natureza Criminal (AC)*
- ✓ *Art. 135-A. A perícia oficial de natureza criminal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, a realização dos exames necessários à investigação de natureza criminal e à instrução processual penal.*
- ✓ *§ 1º Lei disporá sobre a organização e o funcionamento da perícia oficial de natureza criminal estruturada em carreiras, cujo ingresso na classe inicial, será precedido de concurso público de provas e títulos, assegurada a necessária autonomia científica, funcional, administrativa.*
- ✓ *§ 2º A função de perito oficial de natureza criminal será exercida por profissionais de nível superior, sujeito a regime especial de trabalho e considerada atividade de risco.*
- ✓ *§ 3º O perito oficial de natureza criminal exerce funções específicas, típicas e exclusivas de estado e está sujeito, no que couber, à disciplina judiciária.*

PROPOSTA DE EMENDA À CF



- ✓ *Art. 3º A União, os Estados, e o Distrito Federal, terão prazo de três anos, a contar da promulgação desta Emenda, para adequar suas ao estabelecido pelo art. 135-A e seus parágrafos, da Constituição Federal.*
- ✓ *Art. 4º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.*

PEC 499/2010



- ✓ “Altera o inciso IV e acrescenta o § 10º ao artigo 144 da Constituição Federal”.
- ✓ Art. 1º. O inciso IV do artigo 144 da Constituição Federal, passa a
- ✓ vigorar com a seguinte redação:
- ✓ I -
- ✓ II -
- ✓ III -
- ✓ IV – polícias civis e perícia oficial criminal (subentende subordinação)
- ✓ V -
- ✓ Art. 2º. Institui o § 10º do artigo 144 da Constituição Federal, que passa a
- ✓ vigorar com a seguinte redação:
- ✓ § 10º A remuneração dos servidores da Perícia Oficial Criminal dos Estados não poderá ser inferior à dos integrantes da Perícia Oficial Criminal do Distrito Federal, aplicando-se também aos servidores inativos”
- ✓ Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor cento e oitenta dias subsequentes ao da promulgação.



OBRIGADO!

Luiz Frederico Hoppe
hoppemei@hotmail.com